SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

CONTRATO Nº 34/2019

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CELEBRADO, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY – HULW E A EMPRESA RESGATE KM EXPRESS EIRELI.

A **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - FILIAL HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW**, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.126.437/0017-00, Situada na Rua Tabelião Stanislau Eloy, s/n, Castelo Branco - João Pessoa – PB – CEP nº 58.050-585, representada por sua Superintendente a **Dra. FLÁVIA CRISTINA FERNANDES PIMENTA**, brasileira, portadora do RG nº 874.438 - SSP/PB e CPF nº 518.501.334-68, residente à Rua Durval Ribeiro de Lima, nº 100 – Miramar – João Pessoa – PB – CEP: 58.032-085, nomeada através da Portaria SEI nº 33, de 26 de Outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 27 de outubro de 2017, Seção 2, página 207 e por seu Gerente **Dr. ALBERTO MAGNO DE ARRUDA PALMEIRA**, brasileiro, portador do RG nº 440.026 SSP/PB e CPF nº 147.908.154-04, nomeado através da Portaria nº 20, de 23 de janeiro de 2014, publicada no Boletim de Serviços/Ebserh nº 25/2014, neste ato denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **RESGATE KM EXPRESS EIRELI** inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 03.112.378/0001-75**, com sede na Av. Presidente Afonso Pena, nº 1353. Bairro: Bessa, em João Pessoa – PB CEP: 58.035-030 doravante designada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) **Sr. LUCAS ALVES BARBOZA** Brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 27.284.403-6, e CPF nº 047.218.561-64. Conforme Processo Administrativo nº **23539.012357/2019-86**, e de acordo com o **Pregão Eletrônico n.º 36/2019**, Proposta Comercial apresentada, *Termo de Referência*, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, aprovado pela Resolução do Conselho de Administração nº 71/2018, de 28 de junho de 2018, dos normativos internos da Ebserh, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017e mediante as Cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviço de remoção inter-hospitalar de pacientes (adultos e crianças) em situações clínicas de risco sob a demanda das unidades do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) com ambulância tipo UTI móvel (Tipo D), durante 24 horas, para situações clínicas com risco de morte, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº 36/2019, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da Contratação:

Item	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quant. Anual	Valor Unitário	Valor total
01	REMOÇAO DE ENFERMO / Ambulância tipo D. Contratação de empresa de empresa especializada para prestação de serviços de remoção Inter -hospitalar de pacientes (adulto, infantil e neonatal) em situação clínica de risco de morte sob a demanda das unidades do HULW, com ambulância de Suporte Avançado (tipo D) ou tipo UTI Móvel.	Serviço/ Remoção	144	R$ 600,00	R$ 86.400,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados a partir da data da assinatura. O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses de acordo com o previsto no art. 91 do Regulamento de Licitações e Contratos, aprovado pela Resolução 71/2018 da Ebserh;

2.2. A vigência poderá ser prorrogada, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.2.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do serviço;

2.2.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O não atendimento dos aspectos avaliados no item 2.2 poderão ensejar a rescisão unilateral do contrato, nos moldes previstos na cláusula décima.

2.4. Após os primeiros 12 (doze) meses de execução contratual, será negociada a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos, assim como readequados os custos relativos à provisão a título de aviso prévio, se for o caso.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor médio da contratação é de R$ 86.400,00 (oitenta e seis mil, quatrocentos reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.*

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Classificação Funcional Programática: 10.302.2015.8585.0025

Gestão/Unidade: 26443/155023

Fonte: 6153000300

Programa de Trabalho: 109661

Natureza da Despesa: 339039

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até ***30*** (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

5.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas na IN SEGES/MPDG Nº 05/2017;

5.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.5. No mesmo prazo, o fiscal administrativo deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.6. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

5.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

5.9. Caso se constate o descumprimento da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

5.9.1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

5.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.11. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

5.11.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.

5.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, quando couber:

5.17.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:
I =
(x/ 100)
365
N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos *no Termo de Referência, anexo do Edital.*

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

> 8.1.4.1. Para transportes/remoções realizados fora da cidade de João Pessoa/PB ou de sua região metropolitana, até um raio de 150km, será pago o dobro do valor consignado na proposta do licitante vencedor, para cada remoção.

8.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017;

8.1.6. Não praticar atos de ingerência nos serviços e na administração da Contratada;

8.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.8. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

8.1.9. Permitir o livre acesso de pessoas das empresas licitantes vencedoras ou de transportadoras por ela contratada ao local de prestação dos serviços já referidos;

8.1.10. Acompanhar a realização dos serviços e atestar os documentos das despesas, por meio do Serviço de ambulância do HULW, quando comprovado o fornecimento de forma correta; a quem caberá, também, todos os contatos junto à contratada;

8.1.11. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades na prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis, sendo de competência do Serviço de ambulância do HULW;

8.1.12. Através do Núcleo Interno de regulação (NIR) ou do enfermeiro responsável pelo turno da Unidade solicitante, de posse do documento de encaminhamento preenchido/jus□ficado e devidamente assinado/carimbado pelo profissional médico, deverá solicitar/acionar a Contratada via telefone, o atendimento do Serviço de UTI Móvel e quando da chegada/efetivação da remoção, entregar 01 (uma) via do documento aos profissionais da Contratada, sendo a outra via encaminhada ao Serviço de ambulância ou diretamente ao Fiscal do contrato;

8.1.13. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

8.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.2.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.2.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

8.2.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.2.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.2.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando - os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.2.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.2.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição direta;

8.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

8.2.15. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, na cidade de João Pessoa/PB ou região metropolitana;

8.2.15.1. Para a realização do objeto a Contratada deverá entregar declaração (**Anexo II**) de que instalará, ou possui instalado, escritório no município de João Pessoa/PB ou em sua região metropolitana, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

8.2.16. A Contratada deverá efetuar o serviço de remoção de pacientes de conformidade com a Legislação vigente, no prazo estabelecido no item 4.4.1. e de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no Termo de Referência;

8.2.17. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte o material/procedimento em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, imediatamente, a partir de notificação quem lhe for entregue oficialmente;

8.2.18. A Contratada deverá fornecer todo material necessário e adequado à execução dos serviços, especificados neste Termo de Referência;

8.2.19. A Contratada deverá assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta licitação;

8.2.20. A Contratada deverá apresentar no ato da contratação e na habilitação: alvará de funcionamento junto a Vigilância Sanitária Municipal;

8.2.21. A Contratada compromete-se, sob sua exclusiva responsabilidade, coordenar, supervisionar e executar os serviços ora contratados, bem como expressamente reconhece e declara que assume as obrigações decorrentes do contrato;

8.2.22. Comprometer-se-á responsabilizar integralmente por intercorrências relativas a acidentes de trânsito, multas, e quanto aos danos materiais e pessoais provocados por seus colaboradores em serviço;

8.2.23. Executar os serviços dentro dos melhores padrões;

8.2.24. No início do contrato a contratada deverá encaminhar a relação dos profissionais médicos, de enfermagem e motoristas habilitados para prestar os serviços;

8.2.25. Enviar, quando solicitado, a lista de funcionários contratados para o serviço, devidamente atualizada, incluindo data de admissão ou demissão;

8.2.26. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos em vigor no local de trabalho;

8.2.27. Substituir sem qualquer ônus e/ou prejuízo para a Contratante, qualquer profissional de seu quadro de pessoal envolvido na prestação do serviço, sempre que houver interesse ou conveniência da Contratante;

8.2.28. Os proponentes deverão possuir seguro dos veículos utilizados, cobrindo danos envolvendo pacientes e acompanhantes. As despesas com o seguro ficarão a cargo da Contratada;

8.2.29. A Contratada deverá, sempre que solicitado pela Contratante, apresentar documentos relativos aos veículos, aos profissionais e aos equipamentos. Deverá apresentar certificado de vistoria dos veículos assim como documento que comprove a manutenção preventiva dos veículos e equipamentos utilizados para assistência médica;

8.2.30. Os equipamentos, medicamentos e kits deverão acompanhar os veículos e serem imediatamente repostos por conta da Contratada, visando a regular execução dos serviços;

8.2.31. Manter, veículos, equipamentos, utensílios e material de consumo/medicamentos necessários para execução dos serviços de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade necessária a boa execução dos trabalhos. Os veículos, equipamentos e utensílios danificados deverão ser substituídos;

8.2.32. Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua contratação;

8.2.33. Manter contingente suficiente de profissionais, de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas, devendo possuir pessoal excedente, contendo as características exigidas de substituição;

8.2.34. Afastar, após notificação, todo empregado que, a critério da Contratante proceder de maneira desrespeitosa para com os servidores e pacientes do HULW;

8.2.35. A Contratada deverá emitir, para fins de controle, um protocolo ao Contratante a cada atendimento, constando no mínimo:

8.2.35.1. Data do atendimento;

8.2.35.2. Horário de registro da ligação solicitando a ambulância;

8.2.35.3. Horário de início do atendimento ao paciente;

8.2.35.4. Quadro clínico verificado;

8.2.35.5. Procedimentos médicos;

8.2.35.6. Hospital/clínica destino do paciente;

8.2.35.7. Horário de término do atendimento;

8.2.35.8. Identificação dos membros da tripulação (médico, enfermeiro e motorista) responsáveis pelo atendimento ao paciente;

8.2.35.9. Identificação e assinatura do responsável pelo relatório.

8.2.36. A Contratada deverá entregar cópia do documento constante no item 8.2.35 no destino final do usuário em atendimento;

8.2.37. Manter controle mensal dos serviços em ficha de acompanhamento da execução dos atendimentos, acompanhado de cópias do documento do item 8.2.35;

8.2.38. Disponibilizar para a execução do serviço, todos os veículos, em conformidade com as especificações constantes, bem como os profissionais capacitados e qualificados, conforme as resoluções do Conselho Federal de Medicina e de Enfermagem, para a perfeita execução do serviço, de acordo com a legislação vigente;

8.2.39. Transportar os passageiros com o devido cuidado, a fim de não causar danos, sob risco de ter que ressarcir os prejuízos ocasionados;

8.2.40. Disponibilizar para a execução do serviço, objeto deste documento, motoristas profissionais, com cursos específicos e devidamente habilitados para dirigir o tipo de veículos específicos, portadores de Carteira de Habilitação compatível com o veículo que irão conduzir e que possuam desembaraço e capacidade de lidar com o público em geral. 8.2.41 Todos os profissionais devem possuir vínculo empregatício com a Contratada. A capacitação do quadro de profissionais deverá ser passível de comprovação;

8.2.41. Fornecer uniforme e crachá de identificação à sua mão de obra com fotografia recente, sendo que o custo destes acessórios não deverá ser repassado para os funcionários. A Contratada deverá obter as informações necessárias junto à Divisão de Gestão de Pessoas do HULW para a confecção do mesmo;

8.2.42. Manter, seus empregados regularmente registrados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho e efetuar seguro de seus empregados contra riscos de acidente de trabalho assumindo

inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato;

8.2.43. Oferecer sistema de comunicação tipo rádio ou celular nos veículos, de forma a permitir a comunicação da tripulação com a Contratada e com a Administração do HULW, disponibilizando 01 (um) número ao plantonista designado no HULW e 01 (um) ao fiscal do contrato;

8.2.44. Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, documentos relativos aos veículos e aos profissionais relacionados ao serviço contratado, devendo apresentar, inclusive, documento que comprove a manutenção preventiva dos veículos;

8.2.45. Providenciar a substituição imediata de qualquer veículo enguiçado durante o trajeto, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, de forma que a prestação do serviço tenha um mínimo de atraso e não seja interrompida;

8.2.46. Submeter à aprovação do HULW, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato, a relação nominal e a qualificação profissional dos empregados que desempenharão as atividades objeto do contrato, sendo certo de que, em nenhuma hipótese, haverá qualquer vínculo empregatício entre os empregados da Contratada com o Contratante;

8.2.47. Manter em funcionamento e disponibilizar ao HULW, uma Central de Atendimento para operacionalização do serviço, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados, que tenha sistema de comunicação permanente com os veículos e com a Administração do HULW, de forma a atender à escala de serviço do Contratante e aos serviços solicitados extra escala;

8.2.48. Manter disciplina nos locais de serviço, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo HULW;

8.2.49. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento médico e social dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

8.2.50. Cumprir e responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte da sua mão-de- obra, dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, normas de segurança e disciplinares internas do HULW;

8.2.51. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente termo de referência, sem prévia anuência do HULW;

8.2.52. Comunicar incontinenti à Fiscalização do HULW qualquer anormalidade verificada durante a execução do serviço;

8.2.53. Atender às solicitações da Fiscalização do HULW quanto às substituições da mão-de- obra, quando inadequada para a prestação do serviço;

8.2.54. Garantir a continuidade dos serviços em casos de greve;

8.2.55. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

8.2.56. Possuir seguro dos veículos e dos funcionários envolvidos, cobrindo qualquer dano envolvendo os passageiros e terceiros envolvidos no acidente. As despesas com os seguros ficarão a cargo da Contratada;

8.2.57. Disponibilizar, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.660/1998, os veículos utilizados para a execução do serviço, movidos o combustível renovável, exceto nos casos dos veículos que não possuam esta versão, mediante a apresentação da documentação comprobatória;

8.2.58. Modelar a operação de seus serviços de acordo com os princípios e controle de prazos de hotelaria hospitalar a serem implementados pela Contratante, sobretudo visando à qualidade e excelência no funcionamento do mesmo;

8.2.59. Os princípios de hotelaria hospitalar a serem observados são todos aqueles inerentes à qualidade, eficiência e celeridade no atendimento do serviço prestado, não impactando, portanto, na proposta orçamentária da Contratada, que deverá sempre zelar pelas qualidades e prazos retro mencionadas;

8.2.60. Adequar-se aos prazos, rotinas, modelo de eficiência, celeridade e qualidade de atendimento definidos e chancelados pela Administração do HULW e/ou por empresa Contratada pelo HULW, na hipótese de a implementação de um modelo de gestão em serviços de hotelaria hospitalar ser implementado e operacionalizado por uma empresa especializada;

8.2.61. Nomear um responsável para coordenar a implementação e controle das rotinas operacionais a serem definidas no modelo de Gestão Hospitalar implementado pelo HULW;

8.2.62. Não será considerado aumento do custo do serviço da Contratada adequações que porventura tenham que ser readequadas e que envolvam exclusivamente a atenção às qualidades definidas no item 13.59 deste Termo de Referência, uma vez que se tratam exclusivamente de excelência do serviço prestado;

8.2.63. Designar um profissional (preposto) para representá-la junto ao HULW, devendo este promover a supervisão e o controle dos funcionários abrangidos neste Termo de Referência;

8.2.64. Arcar com todas as despesas decorrentes da operação, manutenção preventiva e corretiva dos veículos contratados, tais como: despesas com pessoal, combustíveis, óleos e lubrificantes, manutenção dos veículos, consertos, reparos, substituição de peças e pneus, aquisição de todos os insumos necessários à prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência ou dele decorrentes;

8.2.65. A cada 01 (um) mês, a Contratada fica obrigada a executar o checklist de cada veículo, como troca de óleo, suspensão, direção, arrefecimento, freios, equipamentos elétricos, lataria, quilometragem percorrida, etc.;

8.2.66. A cada 02 (dois) meses, a Contratada fica obrigada a efetuar revisão de cada veículo em caráter preventivo devendo apresentar relatório ao fiscal de contrato, quando solicitado;

8.2.67. Arcar com os encargos decorrentes da execução do serviço, objeto deste Termo de Referência, tais como: seguros, estacionamentos, multas, pedágios, impostos, salários, gratificações ou remunerações, bem como alimentação dos empregados, encargos sociais, tributos federais, estaduais e municipais e qualquer outro encargo ou ônus e etc., incidente sobre a prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência ou dele decorrentes;

8.2.68. Prever toda mão-de-obra necessária para garantir à execução do serviço contratado, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

8.2.69. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados para atender eventuais acréscimos solicitados pelo HULW;

8.2.70. Enviar à Fiscalização do contrato no HULW, mensalmente, relatório contendo a descrição dos serviços prestados e despesas efetuadas;

8.2.71. A Contratada se responsabiliza, integralmente:

- Pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- Pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao HULW ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pelo HULW.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. Sanções administrativas e da rescisão do contrato:

9.1.1. Com fundamento no art. 19 da Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa:

9.1.1.1. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

9.1.1.2. Suspensa pela Ebserh;

9.1.1.3. Declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

9.1.1.4. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

9.1.1.5. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

9.1.1.6. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

9.1.1.7. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

9.1.1.8. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

1. Aplica-se a vedação prevista no item 9.1.1:

    1. à contratação das pessoas elencadas no item 9.1.1.1, como pessoa tisica, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

    2. à contratação de empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

    3. à quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

- empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

- autoridade do Ministério da Educação;

- autoridade das Instituições Federais Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

9.1.1.9. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

9.2. Com fundamento no art. 112 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multas, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

9.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

9.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente;

9.4. As sanções previstas nos subitens 9.2.1 e 9.2.3 do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso 9.2.2, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual:

9.5. Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

9.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

9.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados.

9.6.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

9.6.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.6.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

9.6.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

9.6.8. Não mantiver a proposta;

9.6.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.6.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

9.7. A Ebserh deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicadas aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/13, bem como no SICAF - sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

9.8. Em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH aprovado pela Resolução nº 71 da Ebserh, de 28 de junho de 2018; a rescisão do contrato se dará:

1. De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;

2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Ebserh e para o contrato; e

3. Por determinação judicial.

9.9. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato, de acordo com a Resolução acima mencionada:

1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

2. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

3. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14anos;

4. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

5. Inobservância da vedação ao nepotismo;

6. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da Ebserh, direta ou indiretamente.

7. A rescisão decorrente dos motivos acima elencados será efetivada após o regular processo administrativo.

8. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

9.10. Multas aplicáveis:

9.10.1. **0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento)** por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.10.2. **0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento)** sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.10.3. **0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento)** sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.10.4. **0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato**, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

9.10.5. **0,07% (sete centésimos por cento)** do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

9.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Termo de Referência/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 115 e 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas *no Termo de Referência, anexo do Edital.*

10.2. Além dos motivos dispostos no rol exemplificativo constante do normativo supracitado, também configuram motivos para a rescisão contratual:

10.2.1. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, respeitado ainda o disposto no art. 78 da Lei nº 13.303/2016; a associação da CONTRATADA com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial; bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no *Edital e no Contrato* ou não previamente autorizadas pela CONTRATANTE;

10.2.2. A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

10.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do Contrato;

10.2.4. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença; e

10.2.5. A caução ou utilização, por parte da CONTRATADA, deste Contrato para qualquer operação financeira.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e registrados em processo administrativo, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

10.4. A rescisão por ato unilateral poderá acarretar as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato:

10.4.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

10.4.2. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

10.5. Dada a natureza do contrato, se uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a rescisão unilateral só poderá produzir efeitos depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos, ou desde que assegurada indenização dos prejuízos decorrentes.

10.6. Eventual rescisão unilateral do contrato deverá ser proposta com antecedência mínima de *3 (três) meses* da data em que se pretende cessar a execução do objeto.

10.6.1. O abandono da execução contratual configura motivo para imediata rescisão unilateral.

10.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.7.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 104 e seguintes do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

11.2. As alterações deverão ser precedidas de instrução processual em que deverão constar, no mínimo:

11.2.1. descrição do objeto do contrato com as suas especificações e do modo de execução;

11.2.2. descrição detalhada da proposta de alteração;

11.2.3. justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal;

11.2.4. detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato;

11.2.5. concordância das partes, por escrito, em relação às alterações propostas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

12.1. *Não será permitida a subcontratação do objeto ou parte dele.*

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ANTINEPOSTISMO

13.1. É vedada à CONTRATADA a nomeação ou qualquer outra forma de pactuação para prestação de serviços de pessoas que apresentem relação de parentesco com agente público exercente de cargo em comissão ou função de confiança ligado a EBSERH, nos termos do que estabelece o art.7º, do Decreto nº 7.203/10.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– ANTICORRUPÇÃO

14.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos entre as partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Em atenção ao princípio da publicidade, incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1. É facultada a alocação de empregados portadores de deficiência nos locais de prestação dos serviços, cabendo à CONTRATADA avaliar a compatibilidade entre a deficiência apresentada e a atividade a ser desempenhada.

17.1.2. A CONTRATANTE, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;

17.1.3. Em razão de eventuais alterações estruturais da CONTRATANTE, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CONTRATADA será notificada para promover as mudanças necessárias;

17.1.4. É vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

17.1.5. A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de João Pessoa- Paraíba - Justiça Federal.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

João Pessoa, 24 de novembro de 2019.

DRa. FLÁVIA CRISTINA FERNANDES PIMENTA
Superintendente - HULW/EBSERH

DR. ALBERTO MAGNO DE ARRUDA PALMEIRA
Gerente Administrativo - HULW/EBSERH

SR. LUCAS ALVES BARBOZA
Representante da Contratada

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO: 34/2019

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - FILIAL HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - CNPJ/MF N.º 15.126.437/0017-00.

CONTRATADA: RESGATE KM EXPRESS EIRELI INSCRITO NO **CNPJ/MF SOB O Nº 03.112.378/0001-75**

OBJETO: SERVIÇO DE REMOÇÃO INTER-HOSPITALAR DE PACIENTES (ADULTOS E CRIANÇAS) EM SITUAÇÕES CLÍNICAS DE RISCO SOB A DEMANDA DAS UNIDADES DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY (HULW) COM AMBULÂNCIA TIPO UTI MÓVEL (TIPO D), DURANTE 24 HORAS, PARA SITUAÇÕES CLÍNICAS COM RISCO DE MORTE,

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/2019 Nº **23539.012357/2019-86**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.2015.8585.0025

GESTÃO/UNIDADE: 26443/155023

FONTE: 6153000300

PROGRAMA DE TRABALHO: 109661

NATUREZA DA DESPESA: 339039

VALOR: R$ 86.400,00 (OITENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS REAIS).

DATA DE ASSINATURA: 24/11/2019

SIGNATÁRIOS: DRA. FLÁVIA CRISTINA FERNANDES PIMENTA - SUPERINTENDENTE - HULW/EBSERH, DR. ALBERTO MAGNO DE ARRUDA PALMEIRA - GERENTE ADMINISTRATIVO - HULW/EBSERH E SR. LUCAS ALVES BARBOZA – REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

JOÃO PESSOA, 24 DE NOVEMBRO DE 2019.

DRA. FLÁVIA CRISTINA FERNANDES PIMENTA
SUPERINTENDENTE - HULW/EBSERH